



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

PROJETO DE LEI Nº 434/2025

Institui a Política Municipal de Transparência Integral das Emendas Parlamentares Estaduais e Federais destinadas ao Município, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Transparência Integral das Emendas Parlamentares, aplicável a todas as emendas parlamentares estaduais e federais destinadas ao Município de Araraquara, direta ou indiretamente, por meio de transferências voluntárias, convênios, contratos de repasse ou instrumentos congêneres.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Emenda Parlamentar: toda indicação de recursos realizada por deputado estadual ou federal ao orçamento público, destinada ao Município;

II – Órgão gestor: secretaria, autarquia, fundação ou entidade da administração pública municipal responsável pela execução do recurso;

III – Beneficiário final: pessoa jurídica, entidade, órgão público ou política pública que receba ou utilize os recursos da emenda;

IV – Agente político municipal: vereador, prefeito, vice-prefeito, secretário municipal ou outro ocupante de cargo político no âmbito do Município.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal deverá publicizar integralmente todo o ciclo das emendas parlamentares, desde o ingresso do recurso nos cofres municipais até sua execução final, incluindo, no mínimo:

I – identificação do parlamentar autor da emenda, com indicação da respectiva casa legislativa;

II – valor total indicado, valor efetivamente empenhado, liquidado e pago;

III – data de ingresso do recurso no Município;

IV – órgão ou secretaria responsável pela execução;

V – objeto detalhado da emenda;

VI – plano de aplicação dos recursos;

VII – prazos de execução física e financeira;

VIII – número e acesso aos processos administrativos vinculados;

IX – licitações, contratos, convênios, termos de fomento, termos de colaboração ou instrumentos congêneres celebrados;

X – beneficiários diretos e indiretos dos recursos;

XI – cronograma de desembolso;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, desde que não restrinja seu alcance, finalidade e princípios.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 15 de dezembro de 2025.

FILIPA BRUNELLI



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir uma política pública permanente de transparência integral sobre as emendas parlamentares estaduais e federais que ingressam no Município, assegurando à população o direito de conhecer todo o caminho do recurso público, desde sua origem até sua aplicação final.

A proposta encontra sólido amparo na Constituição Federal, especialmente no art. 37, caput, que consagra os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; no art. 5º, XXXIII, que assegura o direito fundamental de acesso à informação; e no art. 30, inciso I, que atribui ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

A iniciativa também se fundamenta na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), notadamente nos arts. 48 e 48-A, e na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que estabelecem a transparência ativa como regra da Administração Pública, impondo o dever de divulgação clara, acessível e tempestiva das informações de interesse coletivo.

Importante destacar que o Projeto não interfere na competência da União ou dos Estados, tampouco cria obrigações a parlamentares estaduais ou federais. A proposição limita-se a disciplinar deveres do próprio Município quanto à gestão e publicização de recursos públicos que ingressam em seus cofres, o que é plenamente constitucional e reiteradamente reconhecido pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A inovação do Projeto está em assegurar que a transparência das emendas parlamentares abranja não apenas sua execução financeira, mas também o contexto político-administrativo que levou à sua destinação, especialmente quando houver solicitação, articulação ou intermediação de agentes políticos municipais. Tal medida fortalece a ética pública, previne o uso personalista ou eleitoreiro dos recursos e permite que a sociedade saiba, com clareza, quem indicou, quem articulou, quem executou e quem se beneficiou de cada emenda.

Emendas parlamentares movimentam valores expressivos e impactam diretamente políticas públicas essenciais. A ausência de informações claras sobre sua destinação fragiliza o controle social, favorece a opacidade administrativa e compromete a confiança da população nas instituições.

Este Projeto afirma um princípio simples e inegociável: dinheiro público tem dono, e o dono é o povo.

Dar transparência total às emendas parlamentares é fortalecer a democracia, o controle social e o interesse público acima de interesses pessoais ou eleitorais.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 15 de dezembro de 2025.

FILIPA BRUNELLI



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=NR6NH3P83W7WVY8V>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **NR6N-H3P8-3W7W-VY8V**